

1
2
3 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL**
4 **DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, DO DIA 24 DE SETEMBRO**
5 **DE 2020**
6

7 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às nove horas, por
8 videoconferência, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência
9 e Tecnologia do Paraná, em reunião ordinária, sob a presidência do Reitor Odacir Antonio
10 Zanatta, com a presença dos seguintes conselheiros: Ana Claudia Radis, Camille Vieira,
11 Cleverton Vicentinni, Dayane Gomes, Frederick Nazário, Hian Brasil, Iara Aquino Henn, Iara
12 Azevedo, Irineu Mario Colombo, José Barbosa Dias Junior, Marcella Baziuk, Marcelo
13 Estevam, Mateus Das Neves Gomes, Nilton Ferreira Brandão, Patricia Teixeira, Paulo
14 Yamamoto, Rafael Poltronieri, Rafaela Duarte (substituta de Conrado Fonseca Lara),
15 Raphael Pagliarini (substituto de Marcelo Mazzetto), Rodolfo Fiorucci, Sandra Ferreira,
16 Silvana Aparecida Marcondes, Sônia Regina Fernandes, Tais Carvalho e Vanessa Vogt.
17 Justificaram ausência: Conrado Fonseca Lara, Marcelo Mazzetto e Raquel Nascimento.
18 Ausências injustificadas: Lineu Ribas. Como convidados participaram: Karina Bonilaure,
19 Andreza Seixas e Amarildo Magalhães. Como Tradutores e Intérpretes de Linguagem de
20 Sinais, participaram: Elizete Forcadell, Maikon Costa, Juliana Richter, Lindamir Alves e
21 Sarah Hilgemberg. A reunião foi secretariada por Danniel Antonietto Chagas e Simone Block
22 Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente iniciou a reunião dando
23 as boas-vindas a todos. No **Expediente, item 1**, não havendo informes, o presidente deu
24 sequência à reunião. No **item 2**, o presidente colocou a ata da reunião extraordinária de 27
25 de julho de 2020 em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. No **item 3**,
26 **“Apresentação da Comissão de Acompanhamento das Atividades Pedagógicas Não**
27 **Presenciais no IFPR, processo 23411.004724/2020-48”**, foi colocada em apreciação a
28 participação dos integrantes Andreza Seixas e Amarildo Magalhães, para possíveis
29 esclarecimentos, sendo aprovada por unanimidade. A presidente da Comissão e
30 conselheira deste colegiado, Vanessa Vogt, apresentou um Relatório Preliminar das
31 Atividades até a presente data, descrevendo os objetivos, as atividades e as pesquisas
32 realizadas pela Comissão. Andreza Seixas falou sobre as mudanças que foram atendidas
33 no decorrer da minuta do RDE. Patricia Teixeira comentou sobre as condições materiais

34 para o ensino remoto, e sobre a preocupação com o atendimento aos alunos que não
35 conseguiram responder aos formulários. Falou ainda sobre as necessidades educacionais
36 que precisam ser ofertadas, sobre a apropriação das estruturas e das infraestruturas de
37 tecnologia de informação e comunicação. Questionou qual a sugestão da Comissão para
38 que essa condição do ensino remoto melhore. Hian Brasil falou sobre sua participação na
39 Comissão e sobre o descontentamento e a preocupação dos estudantes em relação à
40 sobrecarga de atividades e às dificuldades no aprendizado. Iara Aquino questionou quais
41 as principais dificuldades dos estudantes quanto à apropriação dos conhecimentos. Em
42 resposta à Patricia Teixeira, Andreza Seixas falou sobre os objetivos da Comissão, e que o
43 relatório apresentado foi parcial, e que por enquanto só possuem números, e os dados mais
44 sensíveis e as análises mais profundas serão apresentadas posteriormente. Comentou que
45 em relação ao acesso aos alunos, o Prodigy está vindo para auxiliar neste momento. Em
46 resposta à Iara Aquino, Vanessa Vogt comentou que o principal item das dificuldades
47 quanto à apropriação dos conhecimentos foi a mudança da forma do ensino, e que é
48 inerente ao processo, tanto para o professor quanto para os alunos que tiveram que se
49 adaptar. Hian Brasil comentou sobre as realidades das famílias e as dificuldades de um
50 tratamento isonômico. Ressaltou a importância da saúde mental e sobre as dificuldades de
51 adaptação ao novo método. Na **Ordem do dia**, o presidente comentou sobre as
52 dificuldades por parte da Soc/IFPR no que diz respeito a computar os votos dos
53 conselheiros através do chat das reuniões por videoconferência. Deste modo, respeitando
54 o Regimento deste Conselho Superior, invocou o art. 33, que assim dispõe: “a votação
55 nominal será precedida de requerimento aprovado pelo plenário e ao proceder-se a
56 chamada dos conselheiros presentes, estes deverão manifestar-se expressamente com as
57 palavras sim, não ou abstenção”. Assim, o presidente colocou a proposta de votação
58 nominal em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. No **item 01, “Processo**
59 **23411.009353/2020-91, referente à Proposta do Programa Institucional de Inclusão**
60 **Digital no contexto da Pandemia da COVID 19 – Prodigy, aos estudantes do Instituto**
61 **Federal do Paraná”**, a conselheira relatora Dayane Gomes apresentou parecer favorável
62 à proposta apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. O
63 presidente questionou sobre a possibilidade do Pró-Reitor de Ensino, Amarido Magalhães,
64 permanecer na reunião para esclarecer dúvidas sobre o programa, sendo aprovada por
65 unanimidade. Rodolfo Fiorucci falou sobre a disponibilização dos recursos financeiros para

66 acesso das tecnologias digitais para os estudantes com renda superior a um salário mínimo
67 e meio, sugerindo que seja solicitada a comprovação de que o recurso esteja sendo
68 utilizado para o devido fim, gerando uma maior segurança institucional. Nilton Brandão
69 ressaltou a importância do programa. Amarildo contextualizou que o programa nasceu
70 desde o primeiro dia da suspensão do calendário letivo. Lembrou ainda que foi criado o
71 Grupo de Trabalho (GT) de Mediação, justamente para discutir as formas de tecnologia
72 digitais e para buscar formas para atender todos os estudantes de forma não presencial,
73 com mediação de tecnologias. Ressaltou que desde aquele momento o GT percebeu que
74 grande parte dos estudantes não tinham acesso aos equipamentos e à conexão, e que
75 desde aquele momento iniciaram os estudos para que fosse possível prover essas
76 condições. A relatora pontuou que a minuta propõe nos artigos 22 e 23 a necessidade de
77 os estudantes apresentarem a nota fiscal de aquisição do equipamento. Sônia Regina
78 destacou a importância do programa proposto para a inclusão da permanência dos
79 estudantes diante da pandemia. Iara Aquino questionou se o projeto garantirá as condições
80 técnicas nos momentos síncronos. Pontuou que a mediação do professor é fundamental no
81 processo de aprendizagem. Patricia Teixeira pontuou que os alunos e servidores fazem uso
82 das bibliotecas e dos laboratórios nos *Campi* para complementarem seus conhecimentos,
83 pois são espaços dotados de equipamentos específicos para esse fim. Destacou a
84 renovação do contrato com a biblioteca virtual. Pontuou que na pandemia a quantidade de
85 acesso diminuiu justamente pelo fato dos alunos utilizarem a estrutura dos *Campi* para
86 acessá-la. Por fim, destacou a importância do programa. Amarildo pontuou que a Resolução
87 tem o objetivo de dar o regimento do programa do auxílio digital, e que todas as
88 observações de cunho pedagógico são essenciais para o fortalecimento do projeto. A
89 relatora pontuou que na análise do processo é possível constatar que houve a preocupação
90 quanto à possibilidade de os alunos conseguirem participar das atividades síncronas. Na
91 sequência, o presidente solicitou a retirada do convidado Amarildo Magalhães, e abriu a
92 palavra para discussões. Hian Brasil questionou se o aluno terá o amparo da instituição
93 caso ocorra um sinistro do equipamento. A relatora pontuou que não tem essa previsão na
94 minuta, pois o equipamento será de propriedade do aluno, que não sofrerá nenhuma
95 penalidade. Ressaltou que os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino.
96 Na sequência, o presidente pontuou que a votação será feita através de chamada nominal,
97 conforme aprovado anteriormente. Deste modo, colocou a matéria em votação, sendo

98 aprovada por unanimidade. No **item 02**, “**Processo 23411.009957/2020-37, referente à**
99 **Proposta do Regime Didático Emergencial, para o ano letivo de 2020, no âmbito do**
100 **IFPR**”, o conselheiro relator Mateus das Neves Gomes apresentou parecer favorável à
101 proposta apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. Para fins
102 de esclarecer possíveis dúvidas, o presidente, colocou em votação perante os conselheiros
103 a participação de Amarildo Magalhães e Karina Bonilaure, conforme art. 18 do Regimento
104 do Conselho Superior do IFPR, sendo aprovada por unanimidade. Karina Bonilaure,
105 representando a Comissão de Acompanhamento e Controle da Propagação do Covid-19,
106 falou sobre a conjuntura da pandemia. Comentou sobre o andamento dos trabalhos da
107 Comissão e sobre os cenários atuais, informando que em seu último comunicado
108 recomenda a manutenção das atividades remotas até dezembro/2020, para assegurar a
109 vida das pessoas. Mencionou que será um período de planejamento, visto que ainda não
110 há clareza ou segurança quanto ao retorno para 2021. Amarildo apresentou um panorama
111 geral da proposta do Regime Didático Emergencial, cujo objetivo é a construção de
112 condições mínimas de continuidade do calendário acadêmico por meio da substituição de
113 atividades presenciais por atividades não presenciais. Mencionou os diagnósticos e temas
114 emergentes, bem como os princípios organizadores para busca e construção de um novo
115 modelo. Sônia Regina Fernandes questionou se o RDE é um conjunto do calendário
116 institucional. Amarildo respondeu que o RDE traz uma mudança do que estava sendo feito
117 desde março, e que essencialmente são atividades de ensino. Comentou que as APNPs,
118 que eram até então facultativas, com a chegada dos meios digitais, poderão se tornar
119 obrigatórias para continuidade do calendário acadêmico. O conselheiro Cleverton Vicentini
120 perguntou a respeito da utilização da infraestrutura da Educação a Distância do IFPR, bem
121 como mencionou que não identificou a questão das tecnologias previstas na minuta,
122 questionando como será feito o acompanhamento do discente dentro das plataformas
123 apresentadas. Ainda, questionou a respeito da segurança dos dados e do suporte aos
124 alunos e professores com dificuldades em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem.
125 Falou a respeito da Carta do Movimento Estudantil, onde os alunos estão receosos com a
126 proposição do RDE, solicitando uma resposta aos estudantes. A conselheira Patricia
127 Teixeira comentou sobre os cuidados ao utilizar alguns elementos do ensino remoto,
128 ressaltando a institucionalidade/ambiente institucional aos estudantes e docentes. Falou
129 também sobre a dignidade humana ao expor a privacidade das pessoas por meio das

130 atividades remotas. Questionou como as atividades serão repassadas em um ambiente
131 institucional, mencionando que sentiu falta do apoio da Diretoria da EAD, bem como da
132 DTIC do IFPR, no RDE. Por fim, falou sobre as responsabilidades excessivas aos docentes.
133 Amarildo Magalhães comentou que a Resolução se focou nas questões pedagógicas, bem
134 como que todos os recursos e infraestruturas tanto da EAD quanto do IFPR são inerentes
135 em toda ação institucional, e poderão ser utilizados. Em relação aos ambientes e
136 institucionalidade, comentou que há um ambiente institucional que é o AVA/IFPR, onde está
137 o *moodle* institucional, com o registro de todos os participantes, e que permite que o
138 professor grave sua própria aula. Comentou que diante do ineditismo da situação, muitos
139 docentes já desenvolviam algumas atividades no *Google Classroom*, e estavam mais
140 ambientados. Então, atendendo as necessidades e solicitações que vieram dos *Campi*,
141 limitaram a dois ambientes, onde é possível realizar e acompanhar todas as atividades.
142 Mencionou ainda que a Diretora de Ensino da EAD participou de muitas reuniões
143 explicando as funcionalidades desses ambientes. Em relação à imagem e privacidade dos
144 docentes, comentou que a versão final da minuta desobriga qualquer forma de gravação e
145 sua disponibilização nesse momento. Cleverton Vicentini comentou que em reunião com o
146 NAPNE/Pinhais, foi debatido sobre uma possível alteração na forma de retenção dos alunos,
147 onde por exemplo, no Campus Pinhais, se o aluno reprovar em 3 componentes curriculares,
148 terá de repetir o ano. Questionou a respeito dessa questão, e se deverá ser trabalhada pela
149 Pró-Reitoria de Ensino, ou pelos *Campi*. Patrícia Teixeira questionou a respeito do art. 47,
150 II, onde sentiu ausência das Bibliotecas, mencionando a importância do apoio desta seção
151 para o ensino. Em resposta ao Conselheiro Cleverton, Amarildo falou que o art. 38
152 estabelece autonomia dos Conselhos de Classe para discutir as retenções. Falou também
153 sobre a Carta encaminhada pelos estudantes, onde uma das questões trazidas foi a
154 sobrecarga dos discentes. Falou que a Resolução, ao estabelecer limites semanais de
155 trabalho, busca exatamente evitar essa sobrecarga. Mencionou também sobre a
156 readequação do art. 35 após a solicitação dos alunos, bem como sobre as buscas em
157 contemplar as angústias trazidas pelos estudantes, mas que a solicitação de cancelamento
158 do ano letivo é inviável no momento. Em resposta à Patricia, falou sobre a importância das
159 Bibliotecas e das contribuições trazidas pela conselheira, mas informou que diante das
160 manifestações contrárias das Bibliotecas dos *Campi*, o assunto será tratado em outro
161 momento, inclusive na Nota Técnica que está em tramitação. A conselheira Vanessa Vogt

162 apresentou proposta de alteração para o art. 36, qual seja: “Art. 36. A recuperação de
163 estudos, de forma contínua e paralela, deverá ser garantida a todos os estudantes,
164 independentemente do grau de apropriação dos conteúdos, nos termos art. 13 da
165 Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017, por meio de atendimentos síncronos e demais
166 atividades propostas pelo docente, especificamente para essa finalidade. Parágrafo único.
167 Enquanto perdurar a impossibilidade de atividades de ensino presencial veda-se a
168 modalidade presencial para as recuperações previstas no capítulo.”. A conselheira Iara
169 Aquino comentou que recebeu muitas cartas dos estudantes e que deseja ouvi-los,
170 trazendo as seguintes propostas de alteração: a retirada do art. 5º, VII, por estar de forma
171 muito genérica, ou acrescentar em que termos será feita a reorganização do trabalho
172 docente e de quem mais será feita; e, no art. 6º, apontar na Resolução que a PROENS
173 oferecerá formação e assessoria durante o processo do RDE como forma de contribuir com
174 os Campi nessa jornada cheia de tensões, limites e contradições, devendo constar também
175 o GT de formação que está iniciando os trabalhos de acompanhamento. Amarildo
176 Magalhães respondeu que, em relação ao art. 5º, este abre as dimensões da Resolução,
177 bem como que ao longo da Resolução ele vai se desdobrando em seus artigos, ao longo
178 do documento, estando o trabalho docente indicado no art. 8º, bem como na Portaria
179 592/2012 e na Resolução 002/2009. Em relação ao art. 6º, mencionou que a Resolução
180 tem por princípio a flexibilização e o respeito à autonomia dos Campi, que cabe à PROENS
181 propor o regulamento geral contido no documento. Em resposta à Vanessa Vogt, informou
182 que o tema é tratado no art. 39, e ressaltou que a adesão às propostas de sugestão cabe
183 ao relator. O conselheiro Hian Brasil falou sobre os Movimentos Estudantis e as solicitações
184 de não obrigatoriedade de presença, e esclareceu que os alunos não solicitam o
185 cancelamento do ano letivo, e sim, trabalhar em conjunto para que nenhum estudante fique
186 para trás. Comentou sobre o art. 10, questionando quando a inclusão digital será realizada
187 e se todos serão atendidos. Patricia Teixeira comentou que as Bibliotecas não solicitaram
188 a exclusão do art. 10, e que os servidores apresentaram o artigo de forma incômoda em
189 virtude de seu parágrafo único. Explicou que foi pedida a reconsideração do artigo, e não
190 sua exclusão. Mencionou o art. 47, ressaltando a necessidade de parceria com a rede de
191 Bibliotecas, tendo em vista a disponibilidade de serviços e apoio pedagógico aos
192 estudantes com necessidades específicas. Silvana Marcondi questionou a respeito de que
193 forma se dará o suporte tecnológico, bem como sobre a situação do estudante caso

194 familiares venham a óbito. Em resposta a Hian, Amarildo pontuou que em nenhuma versão
195 da minuta há obrigatoriedade das aulas síncronas e, em relação ao art. 10, comentou que
196 é assegurada a assistência do Prodiqi, aprovado neste Pleno. Ressaltou os diálogos e
197 estudos realizados para que não haja sobrecarga aos estudantes. Em resposta à Patricia,
198 comentou que em face das objeções que apareceram, foi decidido que o assunto será
199 tratado na Nota Técnica que está em tramitação. Em resposta à Silvana, comentou que os
200 ambientes virtuais do IFPR são mantidos pela Diretoria Sistêmica da EAD, bem como que
201 há o apoio da DTIC e dos representantes de TI dos *Campi*, conforme suas realidades. A
202 respeito dos óbitos, comentou que valem os encaminhamentos/acompanhamentos que já
203 são realizados em situações normais. O conselheiro relator Mateus Gomes comentou que
204 poderá ser acrescentado um parágrafo no art. 47, em relação à indagação da conselheira
205 Patricia Teixeira. O conselheiro Nilton Brandão sugeriu a alteração do termo “manutenção”
206 no art. 63, III, passando a seguinte redação: “III - atividades necessárias para
207 implementação de materiais e atividades nos ambientes virtuais de aprendizagem.”. O
208 conselheiro José Barbosa sugeriu a possibilidade de flexibilização do calendário de cada
209 Campus, de acordo com suas realidades. Solicitou um apoio da PROENS em relação às
210 orientações e capacitações aos docentes, visto as dificuldades na execução das atividades
211 remotas. Em resposta à Nilton Brandão, Amarildo informou que a manutenção mencionada
212 no art. 63, III, seria no sentido pedagógico, e não técnico. Em relação às contribuições de
213 José Barbosa, respondeu que a flexibilização geral está sendo discutida na revisão das
214 organizações didático-pedagógicas, das Resoluções 54 e 55/2011, onde o tema poderá ser
215 discutido. A respeito do papel da PROENS, informou que está à disposição para o apoio
216 necessário, bem como que a capacitação está sendo organizada por um Grupo de Trabalho.
217 Sem mais solicitações de esclarecimento, o presidente agradeceu a presença de Amarildo
218 Magalhães e Karina Bonilaure, dando sequência à reunião. Iara Aquino apresentou mais
219 algumas propostas de alteração, quais sejam: no art. 27, sugeriu a aprovação pelo NDE
220 também, pois toda a reorganização curricular passa pelo NDE antes de outros órgãos
221 colegiados e pela própria Proens. Sugeriu acrescentar o envio para a Proens não para
222 controle, mas para demandar processos formativos e assessoramento; no art. 62, sugeriu
223 adequação em conformidade com a Resolução 592/2012, autorizado pela Direção Geral e
224 acompanhado pela Direção de Ensino; no art. 32, sugeriu uma redação que responsabilize
225 não somente o docente, mas também os outros setores pedagógicos dos Campi para

226 assegurar o conteúdo desenvolvido; em relação ao art. 28, comentou que o PTE não
227 menciona que os colegiados de curso precisam prever como será feita a reposição para os
228 estudantes que não participaram das APNPs, em que termos e quais as tratativas para essa
229 recuperação, tendo em vista que implica na carga horária do professor, na elaboração de
230 material didático, no uso de plataforma, entre outros elementos. Disse ainda que é
231 necessário prever o não aligeiramento da apropriação dos conhecimentos, condições de
232 trabalho etc. Patricia Teixeira ressaltou a ausência no RDE de elementos e suporte da
233 educação à distância, solicitando mais clareza nos artigos que mencionam alguns termos,
234 citando como exemplo as tecnologias previstas, os livros didáticos e situações didáticas
235 normais. Comentou sobre a ausência de propostas para os estudantes que não
236 conseguem alcançar os conteúdos dessa forma, bem como a respeito da previsão de
237 fechamento do calendário acadêmico. O conselheiro Irineu Colombo falou sobre as
238 dificuldades do RDE, como o suporte da EAD aos professores e Diretores de Campus, à
239 equipe pedagógica e ao pessoal de informática dos *Campi*. Comentou que o processo
240 também é curricular, e que não existe currículo desmembrado da tecnologia, e que o
241 suporte deve ser da Reitoria e da EAD. Falou que outro problema é que remete ao professor
242 a responsabilidade da execução das atividades e do sucesso de sua execução, em
243 segundo plano, aos alunos, caso não consigam acompanhar as atividades. Falou sobre a
244 contrariedade dos alunos e da situação de pandemia e dos aspectos psicológicos. José
245 Barbosa sugeriu alteração no parágrafo único dos artigos 30 e 31, para que a redação
246 “concordância da totalidade da turma” seja trocada por “concordância da maioria da turma”.
247 Propôs também a alteração da redação “por meio de atendimentos síncronos e demais
248 atividades”, no art. 39, por “por meio de atendimentos síncronos ou demais atividades.”. O
249 relator acolheu as sugestões dos conselheiros Nilton Brandão, Iara Aquino e José Barbosa.
250 A conselheira Sonia Fernandes fez uma reflexão sobre o contexto atual que estamos
251 vivendo e sobre a importância da aprovação do projeto para segurança dos estudantes e
252 da comunidade em geral. Questionou quais as propostas/soluções, se não o RDE. Hian
253 Brasil comentou que os estudantes não são contra o RDE, mas que as questões
254 psicoemocionais, sociais e as questões da pandemia devem ser consideradas. Comentou
255 que a proposta seria trabalhar com horas curriculares. Apresentou proposta de alteração
256 do art. 75, com a seguinte redação: “os cursos da área de saúde serão tratados em
257 condições de excepcionalidade quanto à implementação do RDE, devido às contingências

258 determinadas pela pandemia do Covid-19, no que se refere ao calendário acadêmico,
259 prazos para integralização dos períodos letivos e dos cursos e realização de estágios
260 obrigatórios e atividades práticas, tendo ampla participação e discussão do colegiado, bem
261 como dos estudantes.”. Vanessa Vogt questionou sobre a garantia dos acessos digitais,
262 bem como sobre as disciplinas práticas e o cancelamento da entrada de novos alunos na
263 área da saúde, por exemplo. Falou sobre a preocupação dos alunos, esclarecendo que a
264 RDE vem com o intuito de validação das atividades. Sugeriu que, no art. 32, seja retirado o
265 termo “apropriação”, e que seja discutida a carga horária do professor. O conselheiro
266 Frederick Moschkowich falou sobre a pressão por todos os lados para a retomada de um
267 calendário, e que é impossível um regime que contemple 100% das necessidades, sendo
268 o melhor a ser oferecido no momento. Patricia Teixeira falou sobre a falta de debates a
269 respeito do RDE. A conselheira Ana Radis falou sobre os debates em seu Campus, reforçou
270 a necessidade de capacitação dos servidores e dos diálogos a respeito do RDE. A
271 conselheira Marcella Baziuk falou sobre as situações trazidas pelos estudantes em meio à
272 pandemia. Rodolfo Fiorucci falou sobre os fatores políticos que envolvem o RDE. O
273 conselheiro Rafael Poltronieri falou sobre os debates ocorridos sobre o tema, e que hoje o
274 RDE é a melhor opção que o IFPR possui. Rodolfo Fiorucci comentou sobre a necessidade
275 de retomada do calendário acadêmico, para evitar maior sobrecarga dos estudantes e
276 docentes. Sugeriu a modificação do art. 32, para que a gravação fique a critério do professor
277 e que também ficam proibidas as gravações e reproduções não autorizadas pelos docentes.
278 O conselheiro Paulo Yamamoto comentou sobre as discussões perante os colegiados do
279 IFPR, inclusive a respeito da acessibilidade digital aos estudantes e o andamento dos
280 trabalhos. Iara Aquino reforçou a questão das condições de estudos, solicitando junto ao
281 conselheiro Hian Brasil, a alteração do art. 6º, para que esses estudantes possam levar
282 suas problemáticas e os colegiados possam escutá-los, com a seguinte redação: “cabará
283 aos colegiados de curso, com assessoramento da Seção Pedagógica e de Assuntos
284 Estudantis (Sepae) e entidades estudantis (Grêmios e DCE’s ou representantes) ou Seção
285 de Ensino (Sens), a definição das formas de implementação do RDE.”. O conselheiro relator
286 Mateus Gomes fez suas considerações finais, acolhendo as sugestões de alterações
287 mencionadas pelos conselheiros durante a reunião, quais sejam: no art. 63, III, por Nilton
288 Brandão; no art. 5º, VII, e arts.62, 28 e 6 por Iara Aquino; nos arts. 30, 31 e 39 por José
289 Barbosa; nos arts. 39 e 32, por Vanessa Vogt; nos arts. 75 e 6 por Hian Brasil e no art. 32,

290 por Rodolfo Fiorucci. Sem mais manifestações, o presidente colocou a matéria em votação,
291 sendo aprovado por maioria absoluta, com 17 votos favoráveis e 7 votos contrários, sendo
292 estes de Hian Brasil, Marcella Baziuk, Rafaela Duarte, Tais dos Santos, Irineu Colombo,
293 Cleverton Vicentini e Patricia Teixeira. Na **“Comunicação dos Conselheiros”**, Nilton
294 Brandão convidou todos a participar do debate PROIFES Federação, amanhã às 17h30,
295 em preparação ao Encontro Nacional PROIFES Federação, que ocorrerá virtualmente.
296 Dayane Gomes propôs o encaminhamento da pauta das reuniões através da Comunicação
297 a toda comunidade do IFPR, e questionou a respeito do trabalho remoto ou retorno das
298 atividades, tendo em vista que o prazo de suspensão das atividades está vencendo.
299 Vanessa Vogt esclareceu que a aprovação do RDE é uma garantia para os alunos do IFPR.
300 Cleverton Vicentini falou sobre a Nota Técnica do Ministério da Economia, que prevê a
301 implantação de ponto eletrônico para os professores, e sobre a necessidade de debates
302 sobre o assunto. Patricia Teixeira falou sobre o edital de afastamento dos técnicos
303 administrativos *lato sensu* e *stricto sensu*, que até hoje não há uma comunicação oficial a
304 respeito. Comentou sobre a necessidade de planejamento dos servidores, e solicitou que
305 as comunicações ocorram de forma oficial. Iara Aquino ressaltou seu apoio aos estudantes.
306 José Barbosa também comentou sobre a questão de implantação do ponto eletrônico aos
307 docentes, e falou sobre a importância desse novo regime para o andamento das atividades.
308 Ana Radis comentou sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Revisão do
309 Estatuto e Regimento Interno do IFPR. Paulo Yamamoto comentou que a PLOA 2021 traz
310 20,46% a menos que o orçamento 2020, na questão do funcionamento da instituição. Falou
311 também sobre a previsão da perda de 5,20% na assistência estudantil e 10% na
312 arrecadação própria. Solicitou a todos que unam forças para conseguir uma reversão do
313 orçamento da educação perante o Congresso Nacional. Silvana Silva solicitou o
314 compartilhamento dos pareceres dos relatores para as próximas reuniões. Rodolfo Fiorucci
315 convidou a todos para o Simpósio de Educação do Campus Jacarezinho, que ocorrerá entre
316 os dias 20 e 22 de outubro, de forma virtual. O presidente Odacir Zanatta comentou sobre
317 as ações perante a bancada federal para garantir a reversão do orçamento apresentado.
318 Em relação ao ponto eletrônico, comentou sobre os mecanismos de registro já existentes
319 no IFPR, garantindo o cumprimento das obrigações de todos os servidores. A respeito das
320 atividades remotas, comentou que será publicada uma portaria alinhada com as
321 recomendações e orientações da Comissão de Prevenção do Covid-19, seguindo o



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

322 isolamento até 31 de dezembro de 2020. Por fim, falou que o IFPR foi contemplado pelo
323 Edital da SETEC, e que receberá 3 impressoras 3D para auxiliar nos processos de ensino
324 e aprendizagem, pesquisa, extensão e inovação. Finalizada a pauta e sem mais informes,
325 o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às dezessete
326 horas e trinta e sete minutos, da qual eu, Simone Block Samulewski, da Secretaria dos
327 Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo
328 presidente e demais presentes.

329

330 Odacir Zanatta

331 Ana Claudia Radis

332 Camille Vieira

333 Cleverton Vicentinni

334 Dayane Gomes

335 Frederick Nazário

336 Hian Brasil

337 Iara Aquino Henn

338 Iara Azevedo

339 Irineu Colombo

340 José Barbosa Dias Junior

341 Marcella Baziuk

342 Marcelo Estevam

343 Mateus Das Neves Gomes

344 Nilton Ferreira Brandão

345 Patricia Teixeira

346 Paulo Yamamoto

347 Rafael Poltronieri

348 Rafaela Duarte

349 Raphael Pagliarini

350 Rodolfo Fiorucci

351 Sandra Ferreira

352 Sônia Regina Fernandes

353 Silvana Aparecida Silva



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

354 Tais Carvalho dos Santos

355 Vanessa Vogt



Ministério da Educação